

III Seminário Regional Sobre Gestão de Recursos Hídricos água, vida e tecnologias



IV Fórum do Observatório Ambiental

Alberto Ribeiro Lamego

POLÍTICAS PÚBLICAS E GESTÃO DE BACIAS HIDROGRÁFICAS

22 a 25 de outubro de 2012

Armação dos Búzios, RJ

RESUMOS

GESTÃO AMBIENTAL PORTUÁRIA NO TERMINAL DE IMBETIBA: A INTERFACE COM A COLÔNIA DE PESCA Z3 – MACAÉ/RJ (BRASIL)

Mario Roberto Grisostolo¹
Vicente de Paulo Santos de Oliveira²

INTRODUÇÃO

Os portos, de forma geral, possuem peso expressivo na atividade econômica nacional compondo a malha de infra-estrutura. Assim, o Terminal de Imbetiba é de extrema importância no contexto da indústria petrolífera brasileira. Essa atividade é fortemente concentrada no município de Macaé onde se localizam as bases brasileiras de diversas empresas transnacionais. A Gestão Ambiental Portuária é um grande desafio para os gestores de portos do Brasil, em função da dificuldade encontrada em manter o equilíbrio entre a apropriação dos recursos naturais e a conservação do meio ambiente. Além disso, a apropriação da “frente de mar” ocasiona um conflito de uso e ocupação entre o empreendimento, os atores sociais locais diretamente afetados e a manutenção da dinâmica dos ecossistemas associados. Através deste trabalho será realizada uma avaliação da Gestão Ambiental Portuária do Terminal de Imbetiba (Macaé/Rio de Janeiro/Brasil), com foco no conflito gerado pela interface operacional e as atividades dos associados à Colônia de Pescadores do município de Macaé Z3. A expectativa é de construir um elo em que seja possível ligar cada ator a um novo estágio de gestão ambiental das atividades portuárias, e assim possibilitar uma melhoria continuada em toda sua área de influência, com o uso do diálogo como ferramenta produtiva.

¹ INSTITUTO FEDERAL FLUMINENSE/campus Macaé – NUPERN - Mestrando em Engenharia Ambiental

² INSTITUTO FEDERAL FLUMINENSE/campus Centro – NUPA SUDESTE 01 - Prof. Dr. em Engenharia Agrícola - Orientador
E-mail para correspondência: mariogrisostolo@gmail.com



III Seminário Regional Sobre Gestão de Recursos Hídricos água, vida e tecnologias



IV Fórum do Observatório Ambiental

Alberto Ribeiro Lamego

POLÍTICAS PÚBLICAS E GESTÃO DE BACIAS HIDROGRÁFICAS

22 a 25 de outubro de 2012

Armação dos Búzios, RJ

RESUMOS

MATERIAIS E MÉTODOS

O estabelecimento de estruturas portuárias e sua ininterrupta operação acontecem invariavelmente com a supressão do meio ambiente físico. Tal comprometimento tende a alcançar o meio antrópico, reforçando seus impactos negativos junto ao território onde está inserido. Destes atores sociais, que fazem uso das mesmas frentes de mar, deve-se ouvir suas demandas para construção de uma Agenda Ambiental Portuária representativa daquela realidade social. Hodiernamente é consenso que ações desenvolvimentistas devem estar firmemente amparadas na sustentabilidade, e assim contemplando os demais grupos sociais com os distintos usos que fazem do meio ambiente. A proposta metodológica para esse projeto de pesquisa se utilizará de um diagnóstico participativo envolvendo representantes dos grupos em foco de maneira captar a percepção de cada um sobre o conflito de uso do recurso natural. Com o uso de revisão bibliográfica se fará luz sobre tais conflitos, tomando por referência os registros similares da história recente sobre esse tema. A inter-relação com os pescadores da Colônia Z3, e com as embarcações atendidas pelo Terminal de Imbetiba permitirá um diagnóstico da dinâmica de movimentações que acontecem nessa frente de mar, e seus conflitos. Da análise destes conflitos pontuais, buscar-se-á desenvolver propostas de ações mitigadoras amparadas na sustentabilidade ambiental e social.

RESULTADO E DISCUSSÃO

A entidade sócio-econômica Porto, mesmo que constituído e administrado sob as mais rigorosas normas técnicas interfere com a dinâmica dos ecossistemas inclusive nos canais de acesso e áreas de fundeio (SOUZA et al, 2009). Hodiernamente, a crescente mobilização de comunidades, fruto da conscientização sobre ações danosas, e até mesmos irreversíveis ao meio ambiente provocadas pela navegação e atividades portuárias tem suscitado amplos questionamentos e indisposições sobre tal atividade. Essas demandas invariavelmente têm provocado impactos



III Seminário Regional Sobre Gestão de Recursos Hídricos água, vida e tecnologias



IV Fórum do Observatório Ambiental

Alberto Ribeiro Lamego

POLÍTICAS PÚBLICAS E GESTÃO DE BACIAS HIDROGRÁFICAS

22 a 25 de outubro de 2012

Armação dos Búzios, RJ

RESUMOS

sócio-ambientais, alterando biomas e modos de vida de populações locais (SANT'ANA JÚNIOR et al 2009). Essas populações, notadamente a pesca, apresentam demandas conflitantes com as atividades portuárias, pois que, seus espaços de atuação invariavelmente se sobrepõem. É primordial para a gestão destes conflitos o atendimento de Políticas Públicas por parte do empreendedor e o empoderamento dos agentes locais afetados pelo empreendimento. Os usos múltiplos dos recursos naturais que geram esses conflitos degradam a atividade pesqueira, com a descaracterização cultural daquela comunidade, onde os jovens desmotivados a perpetuar a atividade, se inserem em um processo de marginalização ou se muito em subempregos aumentando de forma preocupante o deterioração social (MOSSINI, 2005). No Código Ambiental de Macaé caracteriza de impacto ambiental todo o dano "aos costumes, à cultura e às formas de sobrevivência das populações" (MACAÉ, 2001).

CONCLUSÃO

A despeito desta pujança setorial centrada em Exploração & Produção, a atividade pesqueira pode ser viável e auto-sustentável e de peso inquestionável em sua significância sócio-cultural, além de sua atividade de produção. Tal hipótese se confirma caso o manejo dos recursos sejam conduzidos de forma sustentável, já que esta qualifica seus membros e sua historia de vida, impedindo que estes sejam engajados em atividades secundárias e induzidos a descaracterização como indivíduo, mas sim, este pertencente a uma cultura inclusa na sociedade local (VIANA, et al 2009). Em recente reunião com os pescadores da Colônia Z3, em sua sede, estes elegem como pontos de conflito ao uso desta frente de mar, a intensa movimentação de embarcações que se dirigem ao Terminal de Imbetiba, convergindo ao Arquipélago de Santana. Neste sítio foram também lançados ao fundo diversos materiais, tais como amarras e ancoras, que impedem a maioria das práticas de pesca. Ali, tradicional área de captura de recursos demersais com redes de emalhar de fundo e arrasto, além de pesca de recursos pelágicos com vara e isca-viva e recursos demersais com espinhel



III Seminário Regional Sobre Gestão de Recursos Hídricos água, vida e tecnologias



IV Fórum do Observatório Ambiental Alberto Ribeiro Lamego

POLÍTICAS PÚBLICAS E GESTÃO DE BACIAS HIDROGRÁFICAS

22 a 25 de outubro de 2012

Armação dos Búzios, RJ

RESUMOS

de fundo, reproduz as mesmas dificuldades encontradas na área de fundeio destas embarcações, em frente a foz do Rio Macaé.

REFERÊNCIAS

MACAÉ. *Lei Complementar nº 027/2001*. Prefeitura Municipal de Macaé, Gabinete do Prefeito. Estado do Rio de Janeiro. 2001.

MOSSINI, Eusébio. *Gestão Ambiental Portuária: Estudo de Conflito Sócio-Ambiental*. UCS. Santos, 2005. Disponível em: <http://biblioteca.unisantos.br/tede/tde_busca/arquivo.php?codArquivo=34>. Acesso em: 26 jun. 2011.

SANT'ANA JUNIOR, H. A.; RIBEIRO A. L. S. *Camboa dos Frades, Vila Madureira e Termoelétrica do Porto de Itaqui*. Vias de Fato, Maranhão, 04 jun. 2010. Disponível em: <http://www.viasdefato.jor.br/index.php?option=com_content&view=article&id=45:camboa-dos-grades-vila-madureira-e-termeletrica-do-porto-do-itaqui&catid=11:artigos%3E>. Acesso em: 14 out. 2010.

SOUZA, Thaís Nacif; TERRA, Ricardo Pacheco; DE OLIVEIRA, Vicente de Paulo Santos. *Boletim do Observatório Ambiental Alberto Ribeiro Lamego*, Campos dos Goytacazes/RJ, v.3, n.2, p. 23-30, jul./dez. 2009

VIANA, Marcelo (Coord.) *Diagnóstico do Setor Pesqueiro do Estado do Rio de Janeiro*. FAERJ/Redetec 2009. Disponível em: <http://www.redetec.org.br/publique/media/diagnostico_cadeia_produtiva_2009.pdf>. Acesso em: 18 out.2010.

